

Subsecretaria de Contabilidade Pública SUCON

Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação CCONF

2º GTCON 2014

Informes Gerais

INFORMES GERAIS – AGENDA

- 1. Portaria de composição do GTCON
- 2. Regimento Interno do GTCON
- 3. Fórum de discussões permanentes de CASP
- 4. Consultas públicas
- 5. Ouvidorias
- 6. Data de Corte do PCASP
- 7. 6ª edição do MCASP
- 8. BSPN 2013 e posteriores
- 9. Naturezas de receita e ajustes na portaria 163



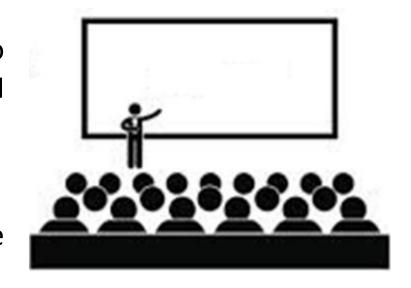


2. REGIMENTO INTERNO DO GTCON

INFORMES GERAIS – REGIMENTO INTERNO

PRINCIPAIS PONTOS

- Mudança na Composição do GTCON (Portaria STN 510/2014);
- Coordenação do GTCON; e
- Organização e desenvolvimento das reuniões.





COMPOSIÇÃO DO GTCON: 36 MEMBROS TITULARES

REPRESENTANTES DA UNIÃO

STN / MF

Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público (DRPSP / SPS / MPS)

SOF / MPOG

Setoriais Contábeis de Órgão Superior do Sistema de Contabilidade Federal

REPRESENTANTES DE ESTADOS / DF

Grupo dos Gestores de Finanças Estaduais – GEFIN/CONFAZ

Secretarias de Fazenda, Contadorias ou órgãos equivalentes responsáveis pela gestão contábil dos Estados e do Distrito Federal no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público



REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS

Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF

Associação Brasileira de Municípios - ABM

| Confederação Nacional dos Municípios – CNM

Frente Nacional dos Prefeitos - FNP

Entidades representativas de secretarias de fazenda, contadorias ou controladorias municipais ou de órgãos equivalentes

ACADÊMICOS DE NOTÓRIO SABER EM CASP

Convite

Indicação de Instituições de Ensino Superior

Será levado em consideração a formação acadêmica, publicações especializadas e atuação na disseminação da CASP. Experiência também é levada em consideração.

REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO DA UNIÃO, DF, ESTADOS E MUNICÍPIOS

Tribunal de Contas da União - TCU

Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON

Instituto Rui Barbosa - IRB

Ω

Controladoria Geral da União - CGU

Conselho Nacional de Controle Interno - CONACI

Associação Brasileira dos TCM - ABRACOM

Órgãos responsáveis, na União, no DF e nos Estados, pelo controle interno dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público

REPRESENTANTES DO CFC

2 Indicação direta do CFC

CONVIDADOS:

- Poderão participar das reuniões mediante inscrição homologada pela Coordenação do GTCON; e
- Não terão direito a voto.

MANDATO

- Membros titulares e suplentes → 3 anos, prorrogável por igual período a critério das entidades as quais representam e referendado pelo Comitê de Nomeação;
- A STN se reserva ao direito de proceder à substituição de um ou mais membros que não comparecerem a 2 reuniões consecutivas ou, ainda, a 3 alternadas a cada 6 reuniões realizadas.



COORDENAÇÃO:

- Responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;
- A cargo da Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação – CCONF, da Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON da STN.



INFORMES GERAIS – REGIMENTO INTERNO: ORGANIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS REUNIÕES:

- Verificação do quórum mínimo;
- Discussão sobre a inclusão na pauta de matéria em regime de urgência;
- Aprovação da ata anterior;
- Assuntos de ordem geral; e
- Discussão das matérias constantes da pauta.

VOTAÇÕES:

O posicionamento técnico do GTCON, de caráter consultivo, quando necessário, será registrado mediante contagem e apuração da maioria dos votos dos membros titulares presentes à reunião ou, na ausência destes, dos respectivos suplentes.

3. FÓRUM DE DISCUSSÕES PERMANENTES DE CASP

INFORMES GERAIS – FORUM DE DISCUSSÕES EM CASP

CONTEXTO

O Fórum de Discussões Permanentes em CASP é uma iniciativa da STN no sentido de **disseminar conhecimentos e democratizar o debate** sobre CASP e Responsabilidade Fiscal, que permite aos usuários:

- Participação ativa nos debates sobre os temas mais relevantes e atuais em CASP e Responsabilidade Fiscal.
- Compartilhamento de experiências, ideias e conhecimentos.
- Divulgação de eventos e treinamentos promovidos pela STN, bem como dos acontecimentos e decisões no âmbito dos Grupos Técnicos (GTCON, GTREL e GTSIS) e outros subgrupos de estudos.

INFORMES GERAIS – FORUM DE DISCUSSÕES EM CASP

ACESSO AO FÓRUM

 O Fórum da Contabilidade pode ser acessado pela subhome da Contabilidade Pública no site da STN:

www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade



Ou diretamente pelo endereço:



INFORMES GERAIS – FORUM DE DISCUSSÕES EM CASP

ORGANIZAÇÃO

- STN: papel de moderação do fórum;
- Criação de tópicos: responsabilidade da STN mediante identificação de necessidade.

CANAIS INSTITUCIONAIS DE COMUNICAÇÃO DA CONTABILIDADE				
CARACTERÍSTICA	FORUM	OUVIDORIAS		
Representa entendimento oficial da STN	NÃO	SIM		
Permite a participação de diversos atores SIM NÃO				
Tem prazos e estatísticas de atendimento	NÃO	SIM		
Análise de casos específicos	NÃO	SIM		
Dá publicidade a entendimentos de múltiplos atores	SIM	NÃO		



4. CONSULTAS PÚBLICAS

 A STN iniciou as Consultas Públicas há 1 ano, em 02/10/2013, publicando-as na subhome da Contabilidade Pública no site:

https://www.tesouro.fazenda.gov.br/consultas-publicas





- Desde então foram disponibilizados 6 capítulos do MCASP 6ª Edição, que será válido a partir de 2015, para Consulta Pública:
 - Receita Orçamentária PCO
 - Transações Sem Contraprestação PCP
 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes PCP
 - Reflexo Patrimonial das Despesas de Exercícios Anteriores PCP
 - Fundeb PCE
 - Precatórios em Regime Especial PCE



 Com a criação do Fórum da Contabilidade, a fim de ampliar e facilitar as discussões, as Consultas Públicas foram transferidas para este ambiente, tendo recebido desde então uma média de 580 visualizações por capítulo.

nsultas Públicas - MCASP 6ª Edição						
Tópicos						
Tópico	Visualizações					
☑ Introdução e Regras	513					
Fundeb	763					
Reflexo Patrimonial das Despesas de Exercícios Anteriores - DEA	806					
Receita Orçamentária	470					
Precatórios em Regime Especial	524					
Transações sem Contraprestação	470					
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	447					

SUGESTÕES:

- Avaliada por AFC responsável pelo assunto;
- Caso pertinentes, debatidas pela equipe;
- Levadas ao GTCON caso necessário, já como parte do material.



5. OUVIDORIAS

INFORMES GERAIS – OUVIDORIAS

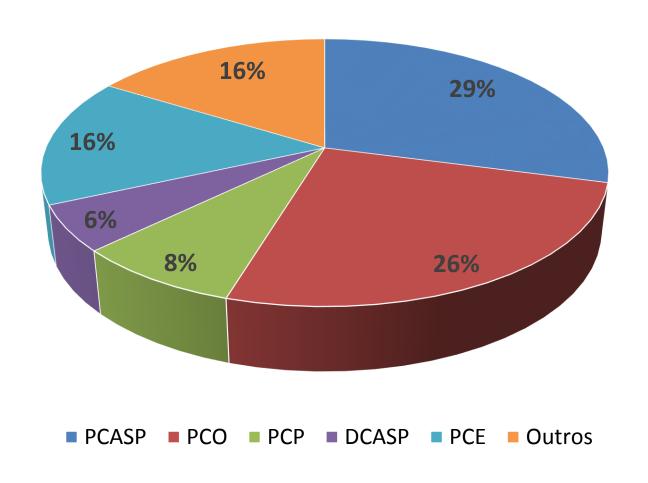
OUVIDORIAS

- Canal oficial de posicionamento da STN;
- Tempo médio de resposta para as consultas contábeis: 5 dias úteis, para uma média de 40 consultas por mês;
- Quantitativo tem aumentado gradualmente, ano após ano;
- Principais temas consultados:
 - Classificações orçamentárias;
 - PCASP;
 - Convênios;
 - RPPS.



INFORMES GERAIS – OUVIDORIAS

VOLUME DE CONSULTAS EM 2014 POR PARTE DO MCASP





INFORMES GERAIS – OUVIDORIAS





6. DATA DE CORTE DO PCASP

INFORMES GERAIS – DATA DE CORTE DO PCASP

PUBLICAÇÃO DO PCASP (1/2):

- Duas publicações: PCASP e PCASP Estendido;
 - PCASP: Obrigatório
 - PCASP Estendido: Facultativo
- 1 vez ao ano:
 - 2014: 30 setembro;
 - 2015 em diante: 31 de julho → não coincidir com a publicação do BSPN.
- PCASP e PCASP Estendido (anexo III da IPC 00) publicados de modo compatibilizado e na mesma data;
- Publicação acompanhada de síntese de alterações;
- Publicado no ano com validade para o próximo;



INFORMES GERAIS – DATA DE CORTE DO PCASP

PUBLICAÇÃO DO PCASP (2/2):

- Sugestões para alteração: encaminhadas pelo Fórum de CASP (Gerais);
- Tendência de estabilização → cada vez menos alterações;
- Alinhado com o formato DCA\SICONFI;
- Ajustes-chave para a versão 2016:
 - Ajustes finos junto ao RPPS;
 - Avaliação da incorporação de níveis mais detalhados de abertura conforme mapeamento dos demonstrativos fiscais;
 - Ajustes decorrentes do amadurecimento da taxonomia.



INFORMES GERAIS – DATA DE CORTE DO PCASP

www.tesouro.gov.br/pcasp

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)

	DATA DE PUBLICAÇÃO	OBRIGATORIEDADE	VALIDADE	ARQUIVO	SÍNTESE DE ALTERAÇÕES
PCASP 2015	01/10/2014	OBRIGATÓRIO PARA 2015	EXERCÍCIO DE 2015	PCASP 2015	Síntese de Alterações PCASP 2015
PCASP Estendido 2015 - IPC 00	01/10/2014	FACULTATIVO	-	PCASP 2015 Estendido	A publicar
PCASP 2014	02/12/2013	OBRIGATÓRIO ATÉ O FINAL DE 2014 (*)	EXERCÍCIO DE 2014	PCASP 2014 PDF (Atualizado em dezembro/2013)	_
PCASP Estendido 2014 - IPC 00	02/12/2013	FACULTATIVO	-	PCASP Estendido 2014 XLS (Atualizado em dezembro/2013)	-



7. 6ª EDIÇÃO DO MCASP

6ª EDIÇÃO DO MCASP – SÍNTESE DE ALTERAÇÕES

CONTEXTO DOS AJUSTES DA 6ª EDIÇÃO DO MCASP:

- Para a 6ª Edição do MCASP, os capítulos foram revisados a luz dos marcos legais e normativos (NBCASP, IPSAS, Leis – Lei nº 4.320/1864, Lei Complementar nº 101/2000, etc.);
- Capítulos com redações simplificadas foco nos aspectos contábeis;
- Foco em ajustes dos PCE e em maior objetividade nas demais partes;
- Divulgados para a Federação por meio de Consultas Públicas (Fórum).



6º ED DO MCASP – SÍNTESE DE ALTERAÇÕES – PCO

- Atualização do capítulo de receitas orçamentárias conforme resultado da consulta pública;
- Atualização frente aos recentes ajustes da Portaria nº 163/01:
 - Novas modalidades de receita (reserva RPPS);
 - Novos elementos de despesa (83, 84);
 - Ajuste elemento 65.



6º ED DO MCASP – SÍNTESE DE ALTERAÇÕES – PCP

- Inclusão de tópico sobre efeitos patrimoniais de DEAs;
- Resultados da consulta pública sobre provisões e transações sem contraprestação.



6º ED DO MCASP – SÍNTESE DE ALTERAÇÕES – PCE

PCE – FUNDEB

- Alteração da conta 4.5.2.0.3.xx.xx VPA Transferências Intergovernamentais pela conta 4.5.2.2.4.xx.xx Transferências do Fundeb – Inter OFSS – Estado, para a contabilização dos recursos recebidos do Fundeb, seja por transferências do Fundeb ou complementação da União;
- Lançamentos para contabilização de remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras.



6º ED DO MCASP – SÍNTESE DE ALTERAÇÕES – PCE

PCE – PRECATÓRIOS

- Exclusão do registro de rendimentos decorrentes de aplicações financeiras dos recursos disponibilizados na conta especial, devido ser um tema controverso pendente de análise;
- Exclusão da enumeração dos requisitos para reconhecimento de provisão, fazendo remissão ao capítulo específico sobre o tema.



6º ED DO MCASP - SÍNTESE DE ALTERAÇÕES - PCE

PCE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Inclusão de operações pós-fixadas.

PCE - RPPS

 Uso de conta de Reserva do RPPS no lado da receita, quando os benefícios pagos forem superiores às receitas realizadas.



6º ED DO MCASP – SÍNTESE DE ALTERAÇÕES – PCE

PCE - PPP (Capítulo totalmente reescrito)

- Atualização frente à Lei nº 12.766/12;
- Atualização frente às IPSAS 32;
- Atualização frente à nova codificação orçamentária para:
 - constituição de Fundo Garantidor de Parcerias;
 - aportes de recursos e contraprestações.
- Nova interpretação do reconhecimento de riscos;
- Interpretações "orçamentárias" acerca das contraprestações e propostas para separação das despesas correntes das de capital.



6º ED DO MCASP – SÍNTESE DE ALTERAÇÕES – PCE

PCE – CONSÓRCIOS PÚBLICOS

- Ajuste do método de equivalência patrimonial para um sistema de cotas em lugar do sistema baseado no contrato de rateio;
- Incorporação de discussões e propostas de solução frente aos problemas relatados na prática:
 - Diferença de prazo entre a prestação de contas do consórcio e os sistemas dos entes consorciados;
 - Falta de padronização em classificações funcional e por fonte entre o consórcio e os entes consorciados;
 - Etc.



6ª ED DO MCASP – SÍNTESE DE ALTERAÇÕES – PCASP \ DCASP

PLANO DE CONTAS

- Exclusão da parte de LCPs e CLPs;
- Exclusão da relação de contas do PCASP.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Alterações nos quadros das demonstrações contábeis conforme definições das normas brasileiras e internacionais de contabilidade;
- Atualização do capítulo de Notas Explicativas conforme as IPSAS.



8. BSPN 2013 E POSTERIORES

INFORMES GERAIS – BSPN 2013 E POSTERIORES

BSPN 2013

- Publicado em 2014, referente às contas de 2013;
- Modelo híbrido, "de transição", contemplando dados coletados por meio das DCA e do QDCC. Futuro → DCA;
- Contempla 2 grupos de informações, patrimoniais e orçamentárias, com 4 grandes demonstrações:
 - Balanço Patrimonial;
 - Demonstração das Variações Patrimoniais;
 - Demonstrativo da Execução Orçamentária;
 - Demonstrativo das Despesas por Função.
- Uso de benchmarks internacionais, como o WGA Britânico.



INFORMES GERAIS – BSPN 2013 E POSTERIORES

BSPN 2013 – Disponível em:

<u>www.tesouro.fazenda.gov.br/balanco-do-setor-publico-nacional-bspn-</u>



9. NATUREZAS DE RECEITA E AJUSTES NA PORTARIA STN / SOF № 163/2001

INFORMES GERAIS – NAT. DE REC. E AJUSTE PORT. 163

AJUSTES EM CODIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 1. Ementário das Naturezas de Receita para a Federação;
- Processo de atualização do ementário junto à SOF e à Federação;
- Sugestões para criação, alteração e exclusão de Naturezas de Receita;
- 4. Novos ED de PPP e ajuste em outros elementos.



NAT. DE REC. E AJUSTE PORT. 163 – EMENTÁRIO

 O ementário das naturezas de receita válido para a Federação será disponibilizado no site da STN para consulta e não constará mais no Volume de Anexos do MCASP;

http://tesouro.gov.br/mcasp

 O ementário será apresentado em forma de planilha, semelhante a apresentação do PCASP, e será publicado anualmente, ao contrário do MCASP, que não necessariamente será publicado anualmente.



NAT. DE REC. E AJUSTE PORT. 163 – ATUALIZAÇÕES

- Em parceria com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), o ementário será atualizado de maneira tempestiva, apresentando as Portarias que deram origem à inclusão, alteração ou alteração das naturezas de receita;
- Tão logo as Portarias sejam publicadas no Diário Oficial da União, a SOF encaminhará cópia dessas para que seja atualizado o ementário.



- As sugestões para criação, alteração ou até mesmo exclusões de naturezas de receitas devem ser publicadas no Fórum de Discussões Permanentes de CASP da Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação (CCONF/STN), devidamente justificadas e amparadas na legislação vigente.
- As sugestões apresentadas serão analisadas e discutidas junto a STN/SOF a fim de verificar a sua pertinência.

http://tesouro.gov.br/forum



• CRIAÇÃO DE NR PARA A COTA EXTRA 1% FPM

Sugestão TCE/SC: NR para a cota anual de 1% que será entregue aos Municípios no primeiro decênio do mês de dezembro de cada ano.

CF, Art. 159. A União entregará:

- I do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma:
- b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; (...)
- d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007).



 Alteração da NR 1721.01.02 — Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios — Cota Mensal

Registra o valor total das receitas recebidas por meio de cotaparte do FPM, referente à alínea "b", inciso I, art. 159, da Constituição Federal – 22,5%.

 Criação da NR 1721.01.03 — Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios — 1% Cota Anual

Registra o valor total das receitas recebidas por meio de cotaparte do FPM, referente à alínea "d", inciso I, art. 159, da Constituição Federal – 1%.



RECURSOS DO RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Registrar no orçamento, quando necessário, os recursos ingressados no Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS em exercícios anteriores.

Necessidade de viabilizar o registro na LOA dos recursos ingressados no RPPS em exercícios anteriores, quando da sua utilização no pagamento de despesas desse Regime em exercícios posteriores ao da arrecadação.

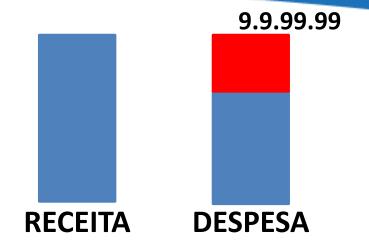


RPPS – FASE DE ACUMULAÇÃO

Receitas orçamentárias > Despesas de Benefícios

Para fins de LOA: Dotação 9.9.99.99 -

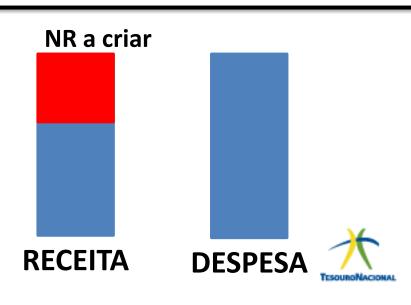
Reserva do RPPS



RPPS – FASE DE "BENEFÍCIOS"

Despesas de Benefícios > Receitas orçamentárias

Para fins de LOA: NR a ser criada.



NAT. DE REC. E AJUSTE PORT. 163 – NOVOS ED PPP

- 82 Aporte de Recursos pelo Parceiro Público em Favor do Parceiro Privado Decorrente de Contrato de PPP
- 83 Despesas Decorrentes de Contrato de PPP, exceto Subvenções Econômicas e Aporte.

Aportes de recursos para obras e aquisição de bens → 4.4.90.82

Parcelas das contraprestações referentes à remuneração do parceiro privado por serviços em concessões patrocinadas → 3.3.90.45

Parcelas das contraprestações referentes à remuneração do parceiro privado por serviços em concessões administrativas → 3.3.90.83

Parcelas das contraprestações referentes às despesas decorrentes da incorporação de bens de capital → 4.5.90.83

NAT. DE REC. E AJUSTE PORT. 163 – AJUSTE ED PPP

Fundo Garantidor de PPP: pode ser constituído mediante aporte financeiro de recursos. Dúvida: qual ND usar?

- Aporte por meio de recursos financeiros → 4.5.90.65;
- Aporte por outros meios → sem classificação orçamentária.

Houve alteração na descrição e na função do ED 65 (Portaria Interministerial nº 163/2001) para comportar este entendimento:

65 – Constituição ou Aumento de Capital de Empresas

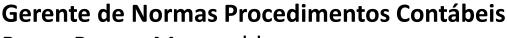


Subsecretário de Contabilidade Pública Gilvan da Silva Dantas

Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Pública Aplicadas à Federação

Leonardo Silveira do Nascimento

Coordenadora de Norma de Contabilidade Raquel da Ressureição Costa Amorim



Bruno Ramos Mangualde

Equipe Técnica

Alison de Oliveira Barcelos Ana Karolina Almeida Dias Carla de Tunes Nunes Diego Rodrigues Boente Fernanda Silva Nicoli Gabriela Leopoldina Abreu

Fone:(61) 3412-4905

www.stn.fazenda.gov.br

cconf.df.stn@fazenda.gov.br

Twitter: @_tesouro

